

A ORAÇÃO DO SENHOR

ARTHUR W. PINK

Fonte: *Providence Baptist Ministries*
(<http://www.pbministries.org>)

Tradução: Rodrigo Reis de Faria
(rodrigoreisdefaria@gmail.com)

19/12/2013

INTRODUÇÃO

Depois de tudo o que foi dito e escrito por homens piedosos sobre a oração, precisamos de algo melhor do que aquilo que seja de mera origem humana para nos guiar, se queremos cumprir corretamente esse dever essencial. Quão ignorantes e pecaminosas são as criaturas para tentarem vir perante o Deus Altíssimo, como elas devem orar de modo aceitável a Ele e para obter dEle aquilo de que precisam, só pode ser descoberto na medida em que o grande Ouvidor da oração se agrada em revelar a Sua vontade a nós. Isto Ele fez: (1) abrindo um novo e vivo caminho de acesso à Sua presença imediata até para o maior dos pecadores; (2) designando a oração como o meio principal de intercurso e benção entre Ele e o Seu povo; e (3) fornecendo graciosamente um padrão perfeito segundo o qual as orações do Seu povo devem ser moldadas. Note a sábia instrução dos teólogos de Westminster: “Toda a Palavra de Deus é de utilidade para nos dirigir na oração, mas a especial regra de direção é aquela forma de oração que Cristo ensinou aos Seus discípulos, comumente chamada de Oração do Senhor” (Catecismo Menor de Westminster).

Desde tempos antigos, ela tem sido chamada de “Oração do Senhor”, não porque seja uma oração que Ele Mesmo dirigiu ao Pai, e sim porque foi graciosamente fornecida por Ele para nos ensinar tanto a maneira como o método de orar, e as coisas pelas quais orar. Por isso deveria ser grandemente estimada pelos cristãos. Cristo conhecia tanto as nossas necessidades como a boa vontade do Pai para conosco, e assim Ele misericordiosamente nos forneceu uma direção simples, mas abrangente. Cada parte ou aspecto da oração está incluído aí. A adoração encontra-se em suas cláusulas de abertura e a ação de graças na conclusão. A confissão está necessariamente implícita, pois aquilo que é pedido supõe a nossa fraqueza ou pecaminosidade. As petições provêm a substância principal, como em toda a oração. A intercessão e súplica pela glória de Deus e pelo triunfo do Seu Reino e vontade revelada estão envolvidas nas três primeiras petições, ao passo que as quatro últimas dizem respeito à súplica e intercessão concernentes às nossas próprias necessidades pessoais e às dos outros, conforme é indicado pelos pronomes no plural.

Esta oração encontra-se duas vezes no Novo Testamento, sendo oferecida por Cristo em duas ocasiões diferentes. Isto, sem dúvida, é uma sugestão para os pregadores reiterarem aquilo que é de importância fundamental. As variações são significativas. A linguagem de Mateus 6:9 sugere que esta oração nos é dada como um modelo, contudo, as palavras de Lucas 11:2 indicam que ela deve ser usada por nós como uma forma. Assim como tudo o mais na Escritura, esta oração é perfeita – perfeita em sua ordem, construção, e palavrado. Sua ordem é adoração, súplica, e argumentação. Suas petições são em número de sete. Ela é virtualmente um epítome dos Salmos e um sumário mui excelente de toda oração. Cada cláusula dela ocorre no Antigo Testamento, denotando que nossas orações devem ser escriturísticas, se não de ser aceitas. “E esta é a confiança que temos nEle, que, se pedirmos alguma coisa, segundo a Sua vontade, Ele nos ouve” (1 Jo 5:14). Mas não podemos conhecer a Sua vontade se formos ignorantes acerca da Sua Palavra.

Tem-se alegado que esta oração foi designada apenas para uso temporário dos primeiros discípulos de Cristo, até que o tempo do Novo Concerto fosse inaugurado.

Mas, tanto Mateus como Lucas escreveram seus Evangelhos anos após a dispensação cristã ter começado, e nenhum deles fornece qualquer indicação de que ela houvesse se tornado obsoleta, e não fosse mais de utilidade para os cristãos. Sustenta-se por alguns que esta oração não é apropriada para os fiéis agora, porquanto as petições dela não são oferecidas em nome de Cristo, e não contêm nenhuma referência expressa à Sua expiação e intercessão. Mas este é um sério equívoco e engano; pois, por paridade de raciocínio, nenhuma das orações do Antigo Testamento, com efeito, nenhum dos Salmos, poderia ser usado por nós! Mas as orações dos fiéis do Antigo Testamento foram apresentadas a Deus em Seu nome; e Cristo era o Anjo do Concerto, de Quem fora dito: “Meu nome está nEle” (Ex 23:20, 21). Não apenas a Oração do Senhor deve ser oferecida em confiança na mediação de Cristo, mas é aquela que Ele especialmente nos direciona e autoriza a oferecer.

Em tempos mais recentes, certos “estudantes de profecia” têm objetado ao uso desta oração baseados em argumentos dispensacionalistas, argumentando que ela é uma oração exclusivamente judaica, e legalista em seu teor. Mas isto não é nada mais nada menos do que uma ruidosa tentativa de Satanás de privar os filhos de Deus de uma porção valiosa do seu patrimônio. Cristo não ofereceu esta oração aos judeus enquanto judeus, mas aos Seus discípulos. Ela é dirigida ao “Pai nosso”, e, portanto, deve ser usada por todos os membros da Sua família. Ela está registrada não apenas em Mateus, mas também em Lucas, o Evangelho gentio. A injunção de Cristo, após a Sua ressurreição, para que Seus discípulos ensinassem os fiéis a observarem todas as coisas que Ele lhes havia mandado (Mt 28:20) inclui o Seu mandamento em Mateus 6:9-13. Não há absolutamente nada nesta oração inapropriado para o cristão de hoje, e tudo o que há nela é indispensável para ele.

Por muito tempo tem sido uma questão de disputa, que tem dado origem a muita controvérsia amargosa, se a Oração do Senhor deve ser considerada como uma forma a ser usada ou um padrão a ser imitado. A resposta certa para esta questão é que ela deve ser considerada como ambas as coisas. Em Mateus, ela é manifestamente apresentada como um exemplo ou padrão do tipo de oração que deve ser oferecida sob a nova economia. “Portanto, vós orareis assim”. Devemos orar “com aquela reverência, humildade, seriedade, confiança em Deus, interesse pela Sua glória, amor pela humanidade, submissão, moderação nas coisas temporais, e zelo pelas coisas espirituais que ela inculca” (Thomas Scott). Mas, em Lucas 11:2, encontramos nosso Senhor ensinando isto: “Quando orardes, dizei: ...”, ou seja, devemos usar Suas palavras como uma fórmula. Então, é o dever dos discípulos de Cristo, em sua oração, tanto usar a Oração do Senhor continuamente como um padrão quanto, às vezes, como uma forma.

Quanto àqueles que objetam ao uso de alguma forma de oração, devemos lembrá-los de que o Próprio Deus muitas vezes põe na boca de Seu povo necessitado a própria linguagem que eles devem empregar ao se aproximarem dEle. Por exemplo, o Senhor diz a Israel: “Tomai convosco palavras, e convertei-vos ao Senhor; dizei-lhe: Tira toda a iniquidade, e aceita o que é bom” (Os 14:2). Sem dúvida, precisamos estar bem atentos contra a observância meramente formal, e ainda mais contra uma observância supersticiosa, da Oração do Senhor. Não obstante, devemos também diligentemente evitar ir ao extremo oposto, e nunca a empregar de modo algum. Na

opinião deste escritor, ela deveria ser reverente e sensivelmente recitada uma vez a cada serviço público, e usada diariamente no culto doméstico. Que ela tenha sido pervertida por alguns, cujo uso demasiado freqüente parece equivaler às “vãs repetições” que o Salvador proibiu (Mt 6:7), não é um motivo válido para nos privarmos totalmente de oferecê-la no Trono da Graça no espírito que nosso Senhor inculcou e nas próprias palavras que Ele ditou.

“Em cada expressão, petição e argumento desta oração, vemos Jesus: Ele e o Pai são um. Ele tem um ‘Nome’ dado a Ele que é acima de todo o nome. Ele é o bendito e único Potentado, e Seu ‘Reino’ domina sobre todos. Ele é o ‘pão vivo’ que desceu do Céu. Ele tinha poder sobre a terra para ‘perdoar pecados’. Ele é capaz de socorrer aqueles que são ‘tentados’. Ele é o Anjo que ‘livra de todo o mal’. O Reino, poder e glória pertencem a Ele. Ele é o cumprimento e a confirmação de todas as promessas divinas e certezas graciosas. Ele mesmo ‘o Amém, e a Testemunha fiel’. Bem denominou Tertuliano a Oração do Senhor de ‘o Evangelho abreviado’. Quanto mais claramente entendermos o Evangelho da graça de Deus, ‘o Evangelho da glória de Cristo’, mais amaremos esta oração maravilhosa, e, gloriando-nos no Evangelho, que é ‘o poder de Deus e a sabedoria de Deus’ para aqueles que crêem, nos regozicaremos com alegria inefável enquanto oferecemos as petições divinamente prescritas e esperamos respostas graciosas” (Thomas Houston).

DESTINATÁRIO

“Pai nosso, que estás nos céus” (Mt 6:9)

Esta cláusula de abertura é um prefácio apropriado para tudo o que se segue. Ela nos apresenta o grande Objeto ao qual oramos, ensina-nos o ofício pactual que Ele mantém para conosco, e denota a obrigação imposta sobre nós, a saber, a de manter para com Ele um espírito filial, com tudo o que isto implica. Toda a oração verdadeira deve começar com uma devota contemplação e expressar um reconhecimento do nome de Deus e de Suas benditas perfeições. Devemos nos achegar ao Trono da Graça com apreensões adequadas da majestade e poder soberano de Deus, contudo, com uma santa confiança em Sua bondade paternal. Nestas palavras iniciais, somos claramente instruídos a prefaciarmos nossas petições expressando o senso que temos das glórias essenciais e relativas daquele a quem nos dirigimos. Os Salmos abundam em exemplos disto. Veja o Salmo 8:1 como um caso a propósito.

“Pai nosso, que estás nos céus”. Esforcemo-nos primeiro por averiguar o princípio geral que é personificado nesta cláusula introdutória. Ela nos informa da maneira mais simples possível que o grande Deus está mui graciosamente pronto a nos conceder uma audiência. Direcionando-nos a nos dirigirmos a Ele como o nosso Pai, ela definitivamente nos assegura do Seu amor e poder. Este título precioso tem o propósito de despertar nossas afeições, incitar-nos a reverente atenção, e confirmar nossa confiança na eficácia da oração. Três coisas são essenciais à oração aceitável e eficaz: fervor, reverência e confiança. Esta cláusula de abertura tem o propósito de despertar cada um destes elementos essenciais em nós. O fervor é o efeito de nossas afeições sendo chamadas a exercício; a reverência será promovida por uma apreensão do fato de que estamos nos dirigindo ao trono celestial; a confiança será aprofundada pela consideração do Objeto da oração como o nosso Pai.

Ao nos achegarmos a Deus em atos de adoração, devemos “crer que Ele existe, e que é Galardoador dos que diligentemente O buscam” (Hb 11:6 [versão do autor – N.T.]). O que é mais calculado para aprofundar a nossa confiança e atrair o amor mais forte e as esperanças mais sinceras de nossos corações para com Deus, do que Cristo apresentando-O a nós em Seu aspecto mais terno e cativante relação? Como somos encorajados aqui a usar a santa ousadia e a derramar as nossas almas diante dEle! Não poderíamos invocar apropriadamente uma Primeira Causa impessoal; muito menos poderíamos adorar ou suplicar a uma grande abstração. Não, é de uma pessoa, uma Pessoa Divina, Alguém que tem os nossos melhores interesses no coração, que somos convidados a nos aproximar, a saber, do nosso Pai. “Vede quão grande amor nos tem concedido o Pai, que fôssemos chamados filhos de Deus” (1 Jo 3:1).

Deus é o Pai de todos os homens naturalmente, sendo seu Criador. “Não temos nós todos um mesmo Pai? Não nos criou um mesmo Deus?” (Mt 23:9). “Mas agora, ó Senhor, Tu és nosso Pai; nós o barro e Tu o nosso Oleiro; e todos nós a obra das Tuas mãos” (Is 64:8). O fato de que tais versos tenham sido grosseiramente pervertidos por alguns que defendem opiniões errôneas sobre a “paternidade universal de Deus e a irmandade dos homens” não deve nos fazer repudiá-las completamente. É

o nosso privilégio garantir aos mais infiéis e abandonados que, se apenas lançarem fora as armas da sua batalha e fizerem como o filho pródigo, há um Deus amoroso pronto a recebê-los. Se Ele ouve aos gritos dos corvos (Sl 147:9), fará Ele ouvidos moucos às petições de uma criatura racional? Simão Mago, embora ainda estivesse “em fel de amargura, e em laço de iniquidade”, foi direcionado por um apóstolo a arrepende-se da sua perversidade e orar a Deus (At 8:22, 23).

Mas a profundidade e pleno significado desta invocação só podem ser adentrados pelo cristão fiel, pois existe uma relação mais elevada entre ele e Deus do que aquela meramente por natureza. Primeiro, Deus é seu Pai espiritualmente. Segundo, Deus é o Pai de Seus eleitos porque Ele é o Pai do Senhor deles Jesus Cristo (Ef 1:3). Assim Cristo expressamente anunciou: “Subo para Meu Pai e vosso Pai, Meu Deus e vosso Deus” (Jo 20:17). Terceiro, Deus é o Pai dos Seus eleitos por decreto eterno: “E nos predestinou para filhos de adoção por Jesus Cristo, para Si mesmo, segundo o beneplácito de Sua vontade” (Ef 1:5). Quarto, Ele é o Pai de Seus eleitos por regeneração, na qual eles são nascidos de novo e se tornam “participantes da natureza divina” (2 Pe 1:4). Está escrito: “E, porque sois filhos, Deus enviou aos vossos corações o Espírito de Seu Filho, que clama: Aba, Pai” (Gl 4:6).

Estas palavras, “Pai nosso”, não apenas significam o ofício que Deus mantém para conosco em virtude do concerto eterno, mas também implicam claramente a nossa obrigação. Elas nos ensinam tanto como devemos nos dispor para com Deus quando oramos a Ele, como a conduta que convém a nós em virtude deste relacionamento. Como Seus filhos, devemos “honrá”-IO (ainda mais do que nossos pais humanos; veja Ex 20:12; Ef 6:1-3), estar em sujeição a Ele, deleitarmo-nos nEle, e esforçarmos em todas as coisas para agradá-IO. Ainda, a frase “Pai nosso” não apenas nos ensina nosso interesse pessoal no Próprio Deus, que por graça é nosso Pai, mas também nos instrui acerca do nosso interesse em nossos semelhantes cristãos, que em Cristo são nossos irmãos. Não é apenas ao “meu Pai” que eu oro, mas ao “nosso Pai”. Devemos expressar o nosso amor aos nossos irmãos orando por eles; devemos estar tão preocupados com as suas necessidades como estamos com as nossas próprias. Quanta coisa está incluída nestas duas palavras!

“Que estás nos céus”. Que bendito equilíbrio isto dá à frase anterior. Se aquela nos fala da bondade e graça de Deus, esta expressa a Sua grandeza e majestade. Se aquela nos ensina a proximidade e estima do Seu relacionamento conosco, esta anuncia Sua infinita elevação sobre nós. Se as palavras “Pai nosso” inspiram confiança e amor, então as palavras “que estás nos céus” devem nos encher de humildade e temor. Estas são as duas coisas que devem sempre ocupar as nossas mentes e envolver nossos corações: a primeira sem a segunda tende à familiaridade vulgar; a segunda sem a primeira produz frieza e medo. Combinando-as, somos preservados de ambos os males; e um contrapeso apropriado é produzido e mantido na alma enquanto contemplamos devidamente tanto a misericórdia como o poder de Deus, Seu amor insondável e Sua elevação imensurável. Note como o mesmo bendito equilíbrio foi preservado pelo apóstolo Paulo, quando ele empregou as seguintes palavras para descrever Deus o Pai: “o Deus de nosso Senhor Jesus Cristo, o Pai da glória” (Ef 1:17).

As palavras “que estás nos céus” não são usadas porque Ele está confinado ali. Somos lembrados das palavras do Rei Salomão: “Mas, na verdade, habitaria Deus na terra? Eis que os céus, e até o céu dos céus, não Te poderiam conter, quanto menos esta casa que eu tenho edificado” (1 Rs 8:27). Deus é infinito e onipresente. Há um sentido particular, no entanto, em que o Pai está “nos céus”, pois esse é o lugar em que a Sua majestade e glória são mais eminentemente manifestados. “Assim diz o SENHOR: O céu é o Meu trono, e a terra o escabelo dos Meus pés” (Is 66:1). A percepção disto deveria nos encher da mais profunda reverência e temor. As palavras “que estás nos céus” chamam a atenção para a Sua providência, declarando o fato de que Ele está dirigindo todas as coisas desde cima. Estas palavras proclamam a Sua capacidade em Se ocupar por nós, pois nosso Pai é o Todo-poderoso. “Mas o nosso Deus está nos céus; fez tudo o que Lhe agradou” (Sl 115:3). Mas, embora seja o Todo-poderoso, Ele é o “nosso Pai”. “Assim como um pai se compadece de seus filhos, assim o Senhor Se compadece daqueles que O temem” (Sl 103:13). “Pois se vós, sendo maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais dará o Pai celestial o Espírito Santo àqueles que Lho pedirem?” (Lc 11:13). Finalmente, estas benditas palavras nos lembram de que estamos viajando para lá, pois o céu é o nosso lar.

PRIMEIRA PETIÇÃO

“Santificado seja o Teu nome” (Mt 6:9)

“Santificado seja o Teu nome” é a primeira das petições da oração padrão de Cristo. Elas são em número de sete, e estão significativamente divididas em dois grupos de três e quatro, respectivamente: as três primeiras se relacionam com a causa de Deus; as quatro últimas se relacionam com as nossas preocupações diárias. Uma divisão semelhante é discernível nos Dez Mandamentos: os cinco primeiros nos ensinam o nosso dever para com Deus (no quinto, os pais estão para os filhos no lugar de Deus); os cinco últimos nos ensinam o nosso dever para com o próximo. Nosso dever primário na oração é desprezar a nós mesmos e dar a Deus a preeminência em nossos pensamentos, desejos e súplicas. Esta petição necessariamente vem primeiro, pois a glorificação do grande nome de Deus é o fim último de todas as coisas. Todas as outras petições devem ser subordinadas a esta, e vir em seguimento a ela. Não podemos orar corretamente a menos que a glória de Deus seja dominante em nossos desejos. Devemos nutrir um profundo senso da santidade inefável de Deus e um ardente anelo pela sua honra. Portanto, não devemos pedir a Deus para conceder coisa alguma que contradiga a Sua santidade.

“Santificado seja o Teu nome”. Como é fácil proferir estas palavras sem nenhum pensamento em seu solene significado! Ao procurar ponderá-las, quatro questões são naturalmente levantadas em nossas mentes. Primeiro, o que quer dizer a palavra “santificado”? Segundo, qual o significado do nome de Deus? Terceiro, qual a importância de “santificado seja o Teu nome”? Quarto, por que esta petição vem primeiro?

Primeiro, a palavra santificado [*hallowed*] é um termo do inglês médio usado aqui para traduzir uma forma do verbo grego *hagiazō*. Este termo é freqüentemente traduzido por “santificado” [*sanctified*]. Significa separar para um uso sagrado. Assim, as palavras “santificado seja o Teu nome” significam o desejo piedoso de que o nome incomparável de Deus possa ser reverenciado, adorado e glorificado, e que Deus possa fazê-lo ser mantido no máximo respeito e honra, que sua fama possa se espalhar e ser engrandecida.

Segundo, o nome de Deus representa o Próprio Deus, trazendo à mente do fiel tudo o que Ele é. Vemos isto no Salmo 5:11, “em Ti se gloriem os que amam o Teu nome [ou seja, a Ti]”. No Salmo 20:1 lemos: “O nome do Deus de Jacó te proteja”, ou seja, que o Próprio Deus de Jacó te proteja. “Torre forte é o nome do Senhor” (Pv 18:10), quer dizer, o Próprio Jeová é uma torre forte. O nome de Deus representa as perfeições divinas. É surpreendente observar que, quando “proclamou o nome do Senhor” a Moisés, Deus enumerou os Seus próprios atributos benditos (veja Ex 34:5-7). Este é o verdadeiro significado da asserção de que “em Ti confiarão os que conhecem o Teu nome [isto é, as Tuas maravilhosas perfeições]” (Sl 9:10). Mas, mais particularmente, o nome divino põe diante de nós tudo o que Deus revelou a nós concernente a Si mesmo. É em apelativos e títulos tais como o Todo-poderoso, o Senhor dos exércitos, Jeová, o Deus de paz, e Pai nosso, que Ele Se revelou a nós.

Terceiro, que pensamentos o Senhor Jesus pretendia que nutríssemos em nossos corações quando Ele nos ensinou a orar: “Santificado seja o Teu nome”? Primeiro, no sentido mais amplo, devemos alegar com isto que Deus, “pela Sua providência dominante, direciona e dispõe de todas as coisas para a Sua própria glória” (Catecismo Maior de Westminster). Com isto oramos para que o Próprio Deus santifique o Seu nome – para que Ele o faça, pela Sua providência e graça, ser conhecido e adorado através da pregação da Sua Lei e Evangelho. Além disso, oramos para que o Seu nome possa ser santificado e engrandecido em e por nós. Não que podemos acrescentar alguma coisa à santidade essencial de Deus, mas podemos e devemos promover a glória manifestativa da Sua santidade. É por isso que somos exortados assim: “Dai ao Senhor a glória devida ao Seu nome” (Sl 96:8). Não temos o poder em nós mesmos de santificar o nome de nosso Deus. Contudo, Cristo nos instrui, expressando um imperativo, verbo passivo em nossas bocas, a ordenar ao nosso Pai, dizendo: “Santificado seja o Teu nome!” Nesta petição mandatária, somos ensinados a invocar nosso Pai para que Ele faça o que deve fazer, segundo o teor das palavras que Ele disse através de Isaías: “Demandai-Me acerca da obra das Minhas mãos” (Is 45:11)! É porque o nome de Deus deve ser santificado entre Suas criaturas que o nosso Mestre nos instrui a orar assim. “E esta é a confiança que temos nele, que, se pedirmos alguma coisa, segundo a sua vontade, ele nos ouve” (1 Jo 5:14). Visto que o nosso Deus tem expressado tão claramente a Sua mente, todo crente verdadeiro deve desejar a santificação do seu nome entre os homens e deve estar determinado a fazer avançar a glória revelada de Deus sobre a terra. Devemos fazer isto especialmente pela oração, visto que o poder de realizar este grande fim reside apenas no Próprio Deus. Pela oração, recebemos a capacitação do Espírito Santo para santificar e glorificar a Deus em nossos próprios pensamentos, palavras e obras.

Orando, “santificado seja o Teu nome”, pedimos para que Deus, que é santíssimo e gloriosíssimo, capacite-nos a reconhecer e a honrá-LO como tal. Como Manton convenientemente o expressou, “nesta petição, a glória de Deus tanto é desejada como prometida por nossa parte; pois cada oração tanto é uma expressão de um desejo como também um voto implícito ou obrigação solene de que tomamos sobre nós cumprir o que pedimos. A oração é uma pregação para nós mesmos aos ouvidos de Deus: falamos a Deus para advertir a nós mesmos – não para a Sua informação, mas para a nossa edificação”.

Ah, pena que esta implicação necessária da oração não seja mais insistida no púlpito hoje, e percebida mais claramente nos bancos! Apenas zombamos de Deus se apresentamos a Ele palavras piedosas e não temos intenção de nos empenhar com toda a nossa força para viver em harmonia com elas.

Santificar o Seu nome significa que damos a Deus o lugar supremo, que O colocamos acima de tudo o mais em nossos pensamentos, afeições e vidas. Este propósito supremo da vida é antitético ao exemplo dos edificadores da torre de Babel, que diziam: “Façamo-nos um nome” (Gn 11:4), e de Nabucodonozor, que disse: “Não é esta a grande Babilônia que eu edifiquei para a casa real, com a força do meu poder, e para a glória da minha magnificência?” (Dn 4:30). O apóstolo Pedro nos manda “santificar o Senhor Deus em [nossos] corações” (1 Pe 3:15). Um terror da Sua

majestade e santidade deveria encher os nossos corações de tal modo que todo o nosso ser interior se curvasse em inteira e solícita sujeição a Ele. Por isto devemos orar, esforçando-nos por obter idéias corretas e um conhecimento mais profundo sobre Ele, para que O adoremos corretamente e O sirvamos aceitavelmente.

Esta petição não apenas expressa o desejo de que Deus se santifique a Si mesmo em e através de nós, capacitando-nos a glorificá-LO, mas ecoa também o nosso anelo de que outros conheçam, adorem e O glorifiquem.

“No uso desta petição, oramos para que a glória de Deus seja cada vez mais manifestada e avançada no mundo no decurso da Sua providência, para que a Sua Palavra prossiga e seja glorificada na conversão e santificação dos pecadores, para que haja um incremento de santidade em todo o Seu povo, e para que toda a profanação do nome de Deus entre os homens seja impedida e removida” (John Gill).

Assim, esta petição inclui o pedido a Deus para que conceda todas as efusões necessárias do Espírito, para despertar pastores fieis, para mover Suas igrejas a manterem a disciplina escriturística, e para animar os santos a um exercício das suas graças.

Quarto, agora fica óbvio por que esta é a primeira petição na Oração do Senhor, pois ela fornece a única base legítima para todas as nossas outras petições. A glória de Deus deve ser a nossa grande e principal preocupação. Quando oferecemos esta petição ao nosso Pai celestial, estamos dizendo: “O que quer que me sobrevenha, por mais que eu desça, não importa quão profundas as águas pelas quais seja chamado a passar, Senhor, engrandeça-Te em e através de mim”. Note quão benditamente este espírito foi exemplificado pelo nosso perfeito Salvador: “Agora a Minha alma está perturbada; e que direi Eu? Pai, salva-Me desta hora; mas para isto vim a esta hora. Pai, glorifica o Teu nome” (Jo 12:27, 28). Ainda que fosse necessário que Ele fosse batizado com o batismo de sofrimento, a glória do Pai era a grande preocupação de Cristo.

As palavras a seguir resumem belamente o sentido desta petição:

“Ó Senhor, abre os nossos olhos para que Te conheçamos corretamente e possamos discernir o Teu poder, sabedoria, justiça e misericórdia; e alarga os nossos corações para que Te santifiquemos em nossas afeições, fazendo de Ti o nosso temor, amor, alegria e confiança; e abre os nossos lábios para que Te bendigamos por Tua bondade infinita; sim, ó Senhor, abre os nossos olhos para que Te vejamos em todas as Tuas obras, e inclinemos as nossas vontades com reverência ao Teu nome que aparece em Tuas obras, e conceda que, quando usarmos alguma delas, possamos Te honrar em nosso uso sóbrio e santificado delas” (W. Perkins).

Em conclusão, assinalemos mui brevemente os usos a serem feitos desta petição. (1) Nossos fracassos passados devem ser lamentados e confessados. Devemos nos humilhar por aqueles pecados pelos quais impedimos a glória manifestativa de Deus e profanamos o Seu nome, tais como o orgulho do coração, a frieza no zelo, a obstinação da vontade e a impiedade de vida. (2) Devemos buscar sinceramente aquelas

graças pelas quais possamos santificar o Seu nome: um conhecimento mais pleno dEle, um incremento de santo temor em nossos corações; fé, esperança, amor e adoração aumentadas; e o uso correto dos Seus dons. (3) Nossos deveres devem ser fielmente praticados, para que não haja nada em nossa conduta que faça o Seu nome ser blasfemado pelos incrédulos (Rm 2:24). “Quer comais quer bebais, ou façais outra qualquer coisa, fazei tudo para glória de Deus” (1 Co 10:31).

SEGUNDA PETIÇÃO

“Venha o Teu reino” (Mt 6:10)

A segunda petição é a mais breve e, contudo, a mais abrangente contida na Oração de nosso Senhor. Não obstante, é estranho e triste que, em alguns círculos, seja a menos entendida e a mais controvertida. As seguintes questões exigem atenta consideração. Primeiro, qual é a relação entre esta petição e a que a precede? Segundo, o Reino de quem está em vista aqui? Terceiro, o que exatamente significam as palavras: “Teu Reino”? Quarto, em que sentido ou sentidos devemos entender as palavras: “Venha o Teu Reino”?

A primeira petição, “santificado seja o Teu nome”, diz respeito à glória de Deus em si mesma, ao passo que a segunda e a terceira têm a ver com os meios pelos quais a Sua glória deve ser manifestada e promovida na terra. O nome de Deus é glorificado aqui manifestativamente apenas na proporção em que o Seu Reino vem a nós e a Sua vontade é feita por nós. A relação entre esta petição e a primeira, então, é bem evidente. Cristo nos ensina a orar primeiro pela santificação do grandioso nome de Deus; depois, Ele nos direciona a orarmos subseqüentemente pelos meios para isso. Entre os meios para promover a glória de Deus, nenhum é tão influente como a vinda do Seu Reino. Por isso somos exortados: “Mas buscai primeiro o Reino de Deus e a Sua justiça” (Mt 6:33). Mas, embora os homens devam glorificar o nome de Deus sobre a terra, de si mesmos, eles não podem fazê-lo. O Reino de Deus deve ser primeiramente estabelecido em seus corações. Deus não pode ser honrado por nós enquanto não nos submetemos voluntariamente ao Seu governo sobre nós.

“Venha o Teu Reino”. O Reino de quem está sendo referido aqui? Obviamente, é ao de Deus Pai, contudo, não se deve pensá-lo como algo separado do Reino do Filho. O Reino do Pai não é mais distinto do de Cristo do que “a Igreja do Deus vivo” (1 Tm 3:15) é algo diferente do Corpo de Cristo, ou do que o “Evangelho de Deus” (Rm 1:1) é algo diferente do “Evangelho de Cristo” (Rm 1:16), ou do que “a Palavra de Cristo” (Cl 3:16) deve ser distinguida da Palavra de Deus. Mas Cristo pretende, sim, pelas palavras “Teu Reino”, distinguir nitidamente o Reino de Deus do reino de Satanás (Mt 12:25-28), que é um reino de trevas e desordem. O reino de Satanás não apenas é contrário em caráter, mas também está em beligerante oposição ao Reino de Deus.

O Reino do Pai é, primeiro, e mais genericamente, o Seu governo universal, Seu domínio absoluto sobre todas as criaturas e coisas. “Tua é, Senhor, a magnificência, e o poder, e a honra, e a vitória, e a majestade; porque Teu é tudo quanto há nos céus e na terra; Teu é, Senhor, o Reino, e Tu Te exaltaste por Cabeça sobre todos” (1 Cr 29:11). Segundo, e mais especificamente, é a esfera exterior da Sua graça sobre a terra, onde Ele é ostensivamente reconhecido (veja Mt 13:11 e Mc 4:11 em seus contextos). Terceiro, e ainda mais definidamente, é o Reino interior e espiritual de Deus, no qual se entra pela regeneração. “Aquele que não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no Reino de Deus” (Jo 3:5).

Agora, assim como o Pai e o Filho são um em natureza, do mesmo modo o Reino d'Ele é o mesmo; e assim ele se mostra em cada um dos seus aspectos. Concerne ao aspecto da providência, lemos: “Meu Pai trabalha até agora, e Eu trabalho também” (Jo 5:17), significando cooperação no governo do mundo (Hb 1:3). Cristo mantém agora o ofício mediatorial de um Rei por virtude da Sua designação (Lc 22:29) e estabelecimento (Sl 2:6) pelo Pai. Quando o Reino é visto bem especificamente como um reinado de graça estabelecido nos corações do povo de Deus, é corretamente chamado tanto de “Reino de Deus” (1 Co 4:20) como “Reino do Filho do Seu amor” (Cl 1:13). Visualizando o Reino com respeito à sua glória eterna final, Cristo diz que beberá do fruto da vide conosco “no Reino do [de Seu] Pai” (Mt 26:29), contudo, o mesmo também é chamado de “Reino eterno de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo” (2 Pe 1:11). Assim, deveria parecer perfeitamente natural para nós quando lemos estas palavras: “Os reinos do mundo vieram a ser de nosso Senhor e do Seu Cristo” (Ap 11:15).

Alguém pode perguntar: “Por qual aspecto do Reino ainda futuro se ora aqui?” Certamente, não o seu aspecto providencial, visto que o mesmo existe e perdura desde o princípio. O Reino deve, então, ser futuro no sentido de que o reinado de graça de Deus será consumado na glória eterna do Seu Reino nos novos céus e nova terra (2 Pe 3:13). Deve haver uma submissão voluntária de todo o homem – espírito e corpo – à vontade revelada de Deus, de modo que o Seu governo sobre nós seja inteiro. Mas, se temos de experimentar e desfrutar da glória eterna do Reino de Deus, devemos nos submeter pessoalmente ao Seu reinado gracioso nesta vida. A natureza deste reinado é resumida em três características: “o Reino de Deus é ... justiça, e paz, e alegria no Espírito Santo” (Rm 14:17). Uma pessoa que experimenta este presente reinado de graça é caracterizada pela justiça no sentido de que a justiça de Cristo lhe é imputada como alguém que, pela fé, tornou-se o Seu solícito súdito; além disso, ele possui também a justiça de uma boa consciência, porque o Espírito Santo o santificou, isto é, separou-o para uma nova vida de santidade para a glória de Deus. Tal pessoa é caracterizada também pela paz: paz de consciência para com Deus, relações pacíficas com o povo de Deus, e a busca da paz com todos os seus semelhantes (Hb 12:14). Esta paz piedosa, pessoal, é mantida pela atenção a todos os deveres do amor (Lc 10:27; Rm 13:8). Como resultado da justiça e da paz, tal pessoa é caracterizada também pela alegria no Espírito Santo, um deleitar-se em Deus em todos os estados e vicissitudes da vida (Fp 4:10-14; 1 Tm 6:6-10).

Há uma tríplice aplicação quando oramos: “Venha o Teu Reino”. Primeiro, isto se aplica à esfera exterior da graça de Deus aqui na terra: “Que o Teu Evangelho seja pregado e o poder do Teu Espírito o acompanhe; que a Tua Igreja seja fortalecida; que a Tua causa sobre a terra seja avançada e as obras de Satanás sejam destruídas!” Segundo, isto se aplica ao Reino interior de Deus, ou seja, ao Seu reinado espiritual de graça nos corações dos homens: “Que o Teu trono seja estabelecido em nossos corações; que as Tuas leis sejam administradas em nossas vidas e o Teu nome seja engrandecido pela nossa maneira de viver”. Terceiro, isto se aplica ao Reino de Deus em sua glória futura: “Que seja apressado o Dia em que Satanás e suas hostes serão completamente derrotados, em que o Teu povo cessará para sempre de pecar, e em que Cristo verá o trabalho da Sua alma, e ficará satisfeito” (Is 53:11).

O Reino de Deus vem progressivamente aos indivíduos nos seguintes graus ou estágios: (1) Deus dá aos homens os meios exteriores da salvação (Rm 10:13-17); (2) a Palavra pregada entra na mente, de modo que os mistérios do Evangelho são compreendidos (Mt 13:23; Hb 6:4-6; 10:32); (3) o Espírito Santo regenera os homens, de modo que eles entram no Reino de Deus como solícitos súditos do Seu reinado gracioso (Jo 1:12, 13; 3:3, 5); (4) na morte, os espíritos dos redimidos são libertados do pecado (Rm 7:24, 25; Hb 12:23); e, (5) na ressurreição, os redimidos serão plenamente glorificados (Rm 8:23).

“Ó Senhor, que o Teu Reino venha a nós que somos estrangeiros e peregrinos aqui na terra: prepara-nos para ele, e conduze-nos para ele a nós que ainda estejamos fora dele; renova-nos pelo Teu Espírito para que nos sujeitemos à Tua vontade; confirma-nos a nós que estamos no caminho, para que nossas almas, depois desta vida, e tanto a alma como o corpo no Dia do Juízo, possam ser plenamente glorificados; sim, Senhor, apressa esta glorificação para nós e todos os Teus eleitos” (W. Perkins).

Dizemos novamente que, embora esta seja a mais breve das petições, ela é também a mais abrangente. Ao orar, “venha o Teu Reino”, pleiteamos para que o poder e a benção do Espírito Santo assistam à pregação da Palavra, para que a Igreja seja suprida de oficiantes concedidos e equipados por Deus, para que as ordenanças sejam administradas puramente, para um incremento dos dons e graças espirituais nos membros de Cristo, e para a derrota dos inimigos de Cristo. Assim, oramos para que o Reino da graça seja ainda mais estendido até que todos os eleitos de Deus sejam trazidos para o mesmo. Também, por implicação necessária, oramos para que Deus nos desapegue cada vez mais das coisas perecíveis deste mundo.

Em conclusão, assinalemos alguns dos usos para aos quais esta petição deveria se propor. Primeiro, devemos lamentar e confessar nossos próprios fracassos em promover o Reino de Deus, e os dos outros. É o nosso dever confessar diante de Deus nossa depravação natural, miserável, e a terrível propensão de nossa carne em servir ao pecado e aos interesses de Satanás (Rm 7:14-24). Devemos chorar pelo triste estado do mundo e suas lastimáveis transgressões da Lei de Deus, pelas quais Deus é desonrado e o reino de Satanás avançado (Sl 119:136; Mc 3:5). Segundo, devemos buscar sinceramente aquelas graças que tornarão nossas vidas uma influência santificadora no mundo, a fim de que o Reino de Deus seja tanto edificado como manifestado. Devemos nos esforçar por nos sujeitar aos mandamentos de Cristo de tal modo que sejamos totalmente governados por Ele, sempre prontos a cumprir a Sua ordem (Rm 6:13). Terceiro, tendo orado para que Deus nos capacite, devemos cumprir todos os deveres designados para nós por Deus, produzindo os frutos que pertencem ao Reino de Deus (Mt 21:43; Rm 14:17). Isto devemos fazer com toda a diligência (Ec 9:10; Cl 3:17), usando todos os meios divinamente designados para o avanço do Reino de Deus.

Esta segunda petição é bem resumida no Catecismo Menor de Westminster:

“Na segunda petição ... oramos para que o reino de Satanás seja destruído; e para que o Reino da graça seja avançado, nós mesmos e outros trazidos ao mesmo, e conservados nele; e para que o Reino da glória seja apressado”.

TERCEIRA PETIÇÃO

“Seja feita a Tua vontade, assim na terra como no céu” (Mt 6:10)

A conexão entre esta terceira petição e as anteriores não é difícil de traçar. A primeira preocupação de nossos corações, bem como nossas orações, devem ser pela glória de Deus. Anelos pelo Reino de Deus naturalmente se seguem, assim como esforços honestos por servi-LO enquanto permanecemos nesta terra. A glória de Deus é o grande objeto de nossos desejos. A vinda e o incremento do Seu Reino são os meios principais pelos quais a glória de Deus é manifestativamente assegurada. Nossa obediência pessoal torna manifesto que o Seu Reino chegou a nós. Quando o Reino de Deus realmente chega à alma de alguém, este deve, por necessidade, ser levado à obediência de suas leis e ordenanças. É pior do que inútil chamar Deus de nosso Rei se os Seus mandamentos são desprezados por nós. Falando genericamente, há duas partes nesta petição: (1) um pedido pelo espírito de obediência; e (2) uma declaração do modo em que a obediência deve ser prestada.

“Seja feita”. Esta cláusula pode representar uma dificuldade para alguns de nossos leitores, que podem perguntar: “A vontade de Deus não é sempre feita?” Em um aspecto, sim, mas, em outro aspecto, não. A Escritura apresenta a vontade de Deus de dois pontos de vista distintos: Sua vontade secreta e Sua vontade revelada, ou, Sua vontade decretiva e preceptiva. Sua vontade secreta ou decretiva é a regra das Suas próprias ações: na criação (Ap 4:11), na providência (Dn 4:35), e na graça (Rm 9:15). Aquilo que Deus decretou é sempre desconhecido aos homens enquanto não revelado por profecias das coisas vindouras ou por eventos na medida em que se realizam. Por outro lado, a vontade revelada ou preceptiva de Deus é a regra para as nossas ações, Deus tendo revelado nas Escrituras aquilo que é agradável à Sua vista.

A vontade secreta ou decretiva de Deus sempre é feita, tanto na terra como no céu, pois ninguém pode frustrar ou sequer impedi-la. É igualmente evidente que a vontade revelada de Deus é violada toda vez que um dos Seus preceitos é desobedecido. Esta distinção foi claramente traçada quando Moisés disse a Israel: “As coisas encobertas pertencem ao Senhor nosso Deus, porém as reveladas nos pertencem a nós e a nossos filhos para sempre, para que cumpramos todas as palavras desta Lei” (Dt 29:29). Esta distinção também se encontra no uso da palavra conselho. “O meu conselho será firme, e farei toda a minha vontade” (Is 46:10), diz Jeová. Mas, em Lucas 7:30, lemos que “os fariseus e os doutores da lei rejeitaram [ou seja, frustraram] o conselho [ou vontade revelada] de Deus” contra si mesmos, não tendo sido batizados por João. Por um lado, lemos: “Quem tem resistido à Sua vontade?” (Rm 9:19). Por outro lado, é-nos dito: “Porque esta é a vontade de Deus, a vossa santificação” (1 Ts 4:3). A vontade revelada ou preceptiva de Deus é declarada na Palavra de Deus, definindo o nosso dever e revelando o caminho em que devemos andar. Deus forneceu a Sua Palavra como o meio designado para a renovação de nossas mentes. Guardar os preceitos de Deus no coração (Sl 119:11) é essencial para a transformação do caráter e conduta de alguém; esta disciplina vital é um pré-requisito absoluto para que provemos, em nossa experiência cristã, “qual seja a boa, agradável, e perfeita vontade de Deus” (Rm 12:2).

A vontade de Deus, então, é uma frase que, tomada por si só, pode expressar seja o que Deus propôs fazer ou o que Ele mandou que fosse feito por nós. Com respeito à vontade de Deus no primeiro sentido, ela sempre é, sempre foi, e sempre será feita sobre a terra assim como no céu, pois nenhuma política humana ou poder infernal pode impedi-la. O texto agora diante de nós contém uma oração para que sejamos levados a um completo acordo com a vontade revelada de Deus. Fazemos a vontade de Deus quando, a partir de uma devida consideração pela Sua autoridade, regulamos os nossos pensamentos e conduta pelos Seus mandamentos. Tal é o nosso imperioso dever, e sempre deveria ser o nosso fervente desejo e diligente esforço assim fazer. Zombamos de Deus se apresentamos esta petição e em seguida não fazemos da conformação de nós mesmos à Sua vontade revelada nossa principal atividade. Pondere o solene alerta de nosso Senhor em Mateus 15:1-9 (cf. Mt 25:31-46 e Lc 6:46-49).

“Seja feita a Tua vontade na terra”. Aquele que ora isto sinceramente sugere necessariamente a sua entrega sem reservas a Deus; ele implica a sua renúncia à vontade de Satanás (2 Tm 2:26) e às suas próprias inclinações corruptas (1 Pe 4:2), e a sua rejeição a todas as coisas contrárias a Deus. Não obstante, essa alma está dolorosamente consciente de que ainda existe muito nela que está em conflito com Deus. Por isso, ela reconhece, humilde e contritamente, que não pode fazer a vontade de Seu Pai sem ajuda divina, e que ela deseja e busca sinceramente graça capacitadora. Possivelmente, o sentido e escopo desta petição será melhor desvendado se o expressarmos assim: Ó, Pai, que a Tua vontade seja revelada a mim, operada em mim e cumprida por mim.

De uma perspectiva positiva, quando oramos: “Seja feita a Tua vontade”, pedimos a Deus sabedoria espiritual para aprendermos a Sua vontade: “Faze-me entender o caminho dos Teus preceitos ... Ensina-me, ó Senhor, o caminho dos Teus estatutos” (Sl 119:27, 33). Também pedimos a Deus inclinação espiritual pela Sua vontade: “Correrei pelo caminho dos Teus mandamentos, quando dilatares o meu coração ... Inclina o meu coração aos Teus testemunhos” (Sl 119:32, 36). Além disso, pedimos a Deus força espiritual para cumprir o Seu comando: “Vivifica-me segundo a Tua palavra ... Fortalece-me segundo a Tua palavra” (Sl 119:25, 28; cf. Fp 2:12, 13; Hb 13:20, 21). Nosso Senhor nos ensina a orar: “Seja feita a Tua vontade na terra”, porque este é o lugar do nosso discipulado. Este é o domínio em que devemos praticar a auto-negação. Se não fizermos a Sua vontade aqui, nunca a faremos no céu.

“Como no céu”. O padrão pelo qual devemos medir nossas tentativas de fazer a vontade de Deus na terra não é nada menos do que a conduta dos santos e anjos no céu. Como a vontade de Deus é feita no céu? Certamente não é feita relutante ou mal-humoradamente, nem é feita hipócrita ou farisaicamente. Podemos ter certeza de que ela não é executada tardia nem vacilantemente, nem parcial ou fragmentariamente. Nas cortes celestiais, a vontade de Deus é realizada feliz e alegremente. Tanto os quatro seres (não animais) viventes como os vinte e quatro anciãos em Apocalipse 5:8-14 são descritos como prestando adoração e serviço juntos. Contudo, a adoração e obediência celestiais são prestadas humilde e reverentemente, pois os serafins velam as suas faces diante do Senhor (Is 6:2). Ali as ordens de Deus são executadas com diligência, pois Isaías diz que um dos serafins voou até

ele desde a presença divina (Is 6:6). Ali Deus é louvado constante e incansavelmente. “Por isso estão diante do trono de Deus, e o servem de dia e de noite no Seu templo” (Ap 7:15). Os anjos obedecem a Deus prontamente, totalmente, perfeitamente, e com prazer inefável. Mas nós somos pecadores e cheios de fraquezas. Com que propriedade, então, a obediência de seres celestiais pode ser proposta como um exemplo real para nós? Levantamos esta questão não como uma concessão às nossas imperfeições, mas porque almas honestas são exercitadas por ela.

Primeiro, este padrão é posto perante nós para abrandar a nossa sujeição à vontade divina, pois a nós sobre a terra não é definida tarefa mais exigente do que àqueles que estão no céu. O céu é o que é porque a vontade de Deus é feita por todos os que habitam ali. A medida em que um antegozo da sua felicidade pode ser obtida por nós sobre a terra será determinada em grande parte pelo grau em que cumprimos aqui a ordem divina. Segundo, este padrão é dado para nos mostrar a bendita razoabilidade da nossa obediência a Deus. “Bendizeis ao Senhor, todos os Seus anjos, vós que excedeis em força, que guardais os Seus mandamentos, obedecendo à voz da Sua Palavra” (Sl 103:20). Então, Deus pode exigir menos de nós? Se temos de ter comunhão com os anjos na glória, então devemos nos conformar com eles em graça. Terceiro, é dado como o padrão a que devemos sempre almejar. “Por esta razão ... não cessamos de orar por vós ... para que possais andar dignamente diante do Senhor ... para que vos conserveis firmes, perfeitos e consumados em toda a vontade de Deus” (Cl 1:9, 10; 4:12). Quarto, este padrão é dado para nos ensinar não apenas o que devemos fazer, mas como fazê-lo. Devemos imitar os anjos na maneira da sua obediência, embora não possamos igualá-los em medida ou grau.

“Seja feita a Tua vontade, assim na terra como no céu”. Pondere isto atentamente à luz do que precede. Primeiro, somos ensinados a orar: “Pai nosso, que estás nos céus”; então, não deveríamos fazer a Sua vontade? Devemos, se somos Seus filhos, pois a desobediência é o que caracteriza os Seus inimigos. O Seu próprio Filho querido não Lhe prestou perfeita obediência? E deveria nos deleitar empenharmos por Lhe prestar a qualidade de devoção à qual Ele está acostumado no lugar da Sua morada peculiar, a sede da nossa felicidade futura. Segundo, visto que somos ensinados a orar: “Santificado seja o Teu nome”, uma verdadeira preocupação pela glória de Deus não nos obriga a fazer da conformidade à Sua vontade a nossa suprema busca? Certamente devemos, se desejamos honrar a Deus, pois nada O desonra mais do que a vontade própria e a rebeldia. Terceiro, visto que somos instruídos a orar: “Venha o Teu Reino”, não deveríamos buscar estar em plena sujeição às suas leis e ordenanças? Devemos, se somos súditos dele, pois apenas rebeldes alienados é que desprezam o Seu cetro.

QUARTA PETIÇÃO

“O pão nosso de cada dia nos dá hoje” (Mt 6:11)

Voltamos agora a nossa atenção para aquelas petições que interessam mais imediatamente a nós mesmos. O fato de que nosso Senhor tenha colocado três petições que se relacionam diretamente com os interesses legítimos de Deus em primeiro lugar deveria suficientemente indicar para nós que devemos laborar na oração para promover a glória manifestativa de Deus, para fazer avançar o Seu Reino, e para fazer a Sua vontade antes que possamos suplicar pelas nossas próprias necessidades. Estas petições que interessam mais imediatamente a nós mesmos são em número de quatro, e nelas podemos discernir claramente uma referência implícita a cada uma das Pessoas da bendita Trindade. Nossas necessidades temporais são supridas pela bondade do Pai. Nossos pecados são perdoados através da mediação do Filho. Somos preservados da tentação e livrados do mal pelas operações graciosas do Espírito Santo. Notemos atentamente a proporção que é observada nestas quatro últimas petições: uma delas diz respeito às nossas necessidades corporais; três se relacionam com os interesses da alma. Isto nos ensina que, na oração, como em todas as outras atividades da vida, os interesses temporais devem ser subordinados aos interesses espirituais.

“O pão nosso de cada dia nos dá hoje”. Talvez seja útil começarmos levantando algumas perguntas. Primeiro, por que esta petição pelo suprimento de necessidades corporais vem antes daquelas petições que dizem respeito às necessidades da alma? Segundo, o que significa, e o que está incluído no termo pão? Terceiro, em que sentido podemos adequadamente pedir a Deus o nosso pão de cada dia quando já temos um suprimento à mão? Quarto, como o pão pode ser um presente divino se ganhamos o mesmo pelos nossos próprios esforços? Quinto, o que nosso Senhor está inculcando ao restringir a petição ao “pão nosso de cada dia”? Antes de tentarmos responder a estas perguntas, digamos que, com quase todos os melhores comentaristas, consideramos a referência primordial como sendo ao pão material, ao invés do espiritual.

Matthew Henry assinalou perspicazmente que o motivo para esta petição pelo suprimento de nossas necessidades físicas encabeçar as quatro últimas petições é que “nosso [bem-estar] natural é necessário [para] nosso bem-estar espiritual neste mundo”. Em outras palavras, Deus nos concede as coisas físicas desta vida como auxílios ao cumprimento de nossos deveres espirituais. E, visto que são dados por Ele, eles devem ser empregados em Seu serviço. Que consideração graciosa Deus mostra para com a nossa fraqueza: somos incapazes e inaptos para cumprir nossos mais elevados deveres, se privados das coisas necessárias para o sustento da nossa existência corporal. Podemos também inferir corretamente que esta petição vem primeiro a fim de promover o crescimento e o fortalecimento constantes da nossa fé. Percebendo a bondade e fidelidade de Deus em suprir nossas necessidades físicas diárias, somos encorajados e estimulados a pedir bênçãos mais elevadas (cf. At 17:25-28).

“O pão nosso de cada dia” refere-se primariamente ao suprimento de nossas necessidades temporais. Entre os hebreus, pão era um termo genérico, significando as necessidades e conveniências desta vida (Gn 3:19; 28:20), tais como alimento, vestuário e habitação. Inerente ao uso do termo específico pão, ao invés do termo mais genérico alimento, está uma ênfase ensinando-nos a pedir, não iguarias ou riquezas, mas aquilo que seja saudável e necessário. Pão aqui inclui saúde e apetite, sem o que a comida não nos faz nenhum bem. Também leva em consideração a nossa nutrição: pois isto não vem da comida apenas, nem está no poder da vontade do homem. Por isso a benção de Deus sobre o mesmo deve ser buscada. “Porque toda a criatura de Deus é boa, e não há nada que rejeitar, sendo recebido com ações de graças. Porque pela Palavra de Deus e pela oração é santificada” (1 Tm 4:4, 5).

Ao pedir a Deus que nos dê o pão nosso de cada dia, pedimos que Ele graciosa-mente nos forneça uma parcela de coisas exteriores que Ele considere que sejam mais bem adequadas para o nosso chamado e posição. “Não me dês nem a pobreza nem a riqueza; mantém-me do pão da minha porção de costume; para que, porventura, estando farto não Te negue, e venha dizer: Quem é o Senhor? ou que, empobrecendo, não venha a furtar, e tome o nome de Deus em vão” (Pv 30:8, 9). Se Deus nos concede as superfluidades da vida, devemos ser agradecidos, e temos de nos esforçar por usá-las para a Sua glória; mas não devemos pedi-las. “Tendo, porém, sustento, e com que nos cobrirmos, estejamos com isso contentes” (1 Tm 6:8). Devemos pedir “o pão nosso de cada dia”. Ele deve ser obtido não pelo roubo, nem tomando-se a força ou por fraude o que pertence a outro, mas por nosso esforço e trabalho pessoal. “Não ames o sono, para que não empobreças; abre os teus olhos, e te fartarás de pão” (Pv 20:13). “Está atenta ao andamento da casa, e não come o pão da preguiça” (Pv 30:27).

Como posso pedir sinceramente a Deus este pão diário quando eu já tenho um bom suprimento à mão? Primeiro, posso pedir isto porque a minha porção temporal presente pode ser rapidamente tirada de mim, e isto sem nenhum aviso. Uma ilustração surpreendente e solene disto encontra-se em Gênesis 19:15-25. O fogo pode queimar a casa de alguém e tudo o que há nela. Por isso, pedindo a Deus o suprimento diário de nossas necessidades temporais, reconhecemos a nossa completa dependência da Sua bondade. Segundo, deveríamos fazer esta petição todo o dia, porque aquilo que temos de nada nos aproveitará a menos que Deus também se digne abençoá-lo para nós. Terceiro, o amor exige que eu ore deste modo, porque esta petição abrange muito mais do que as minhas necessidades pessoais. Ensinando-nos a orar: “O pão nosso de cada dia nos dá hoje”, o Senhor Jesus está inculcando o amor e a compaixão pelos outros. Deus exige que amemos o nosso próximo como a nós mesmos, e sejamos tão solícitos pelas necessidades de nossos semelhantes cristãos quanto somos pelas nossas próprias necessidades (Gl 6:10).

Como pode ser dito que Deus nos dá o pão nosso de cada dia se nós mesmos o ganhamos? Certamente, tal sofisma mal precisa de resposta. Primeiro, Deus precisa dá-lo a nós porque o nosso direito ao mesmo foi confiscado quando caímos em Adão. Segundo, Deus precisa concedê-lo porque tudo pertence a Ele. “Do Senhor é a terra e a sua plenitude, o mundo e aqueles que nele habitam” (Sl 24:1). “Minha é a prata, e Meu é o ouro, disse o Senhor dos Exércitos” (Ag 2:8). “Portanto tornarei a

tirar o Meu grão a seu tempo e o Meu mosto no seu tempo determinado” (Os 2:9). Portanto, possuímos através de nosso Senhor (ou seja, na condição de homenagem e serviço) a porção que Ele concede. Somos apenas despenseiros. Deus nos outorga tanto a posse como o uso da Sua criação, mas retém para Si o direito. Terceiro, devemos orar deste modo porque tudo o que temos vem de Deus. “Todos esperam de Ti, que lhes dêes o seu sustento em tempo oportuno. Dando-lho Tu, eles o recolhem; abres a Tua mão, e se enchem de bens” (Sl 104:27, 28; cf. At 14:17). Embora pelo trabalho e pela compra possamos dizer que as coisas são nossas (relativamente falando), é Deus quem nos dá força para trabalharmos.

O que Cristo está inculcando ao restringir o pedido ao “pão nosso de cada dia”? Primeiro, somos lembrados da nossa fragilidade. Somos incapazes de permanecer com saúde por vinte e quatro horas, e somos inaptos para os deveres de um único dia, a menos que constantemente sustentados do alto. Segundo, somos lembrados da brevidade da nossa existência mundana. Nenhum de nós sabe o que um dia pode produzir, e, portanto, somos proibidos de nos vangloriarmos acerca do amanhã (Pv 27:1). Terceiro, somos ensinados a suprimir toda a preocupação ansiosa pelo futuro e a viver um dia por vez. “Não vos inquieteis, pois, pelo dia de amanhã, porque o dia de amanhã cuidará de si mesmo. Basta a cada dia o seu mal” (Mt 6:34). Quarto, Cristo inculca a lição da moderação. Devemos reprimir o espírito de cobiça formando o hábito de nos contentarmos com uma pequena porção. Finalmente, observe que as palavras de nosso Senhor: “O pão nosso de cada dia nos dá hoje”, são apropriadas para o uso a cada manhã, ao passo que a expressão que Ele ensina em Lucas 11:3, “Dá-nos cada dia o nosso pão cotidiano”, deve ser o nosso pedido a cada noite.

Em suma, então, esta petição nos ensina as seguintes lições indispensáveis: (1) que é permissível e lícito suplicar a Deus misericórdias temporais; (2) que somos completamente dependentes da bondade de Deus para todas as coisas; (3) que a nossa confiança deve estar somente nEle, e não em causas secundárias; (4) que deveríamos ser gratos, e devolver agradecimentos por bênçãos materiais bem como espirituais; (5) que deveríamos praticar a frugalidade e desencorajar a cobiça; (6) que deveríamos ter um culto familiar a cada manhã e noite; (7) que deveríamos ser igualmente solícitos tanto pelos outros como por nós mesmos.

QUINTA PETIÇÃO

“E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores” (Mt 6:12)

No início da nossa consideração desta quinta petição, é vital que demos a devida atenção ao fato de que ela começa de modo diferente das quatro primeiras. Pela primeira vez na Oração de nosso Senhor, encontramos a palavra “e”. A quarta petição, “o pão nosso de cada dia nos dá hoje”, é seguida pelas palavras: “E perdoa-nos as nossas dívidas”, indicando que há uma conexão muito estreita entre as duas petições. É verdade que as três primeiras petições estão intimamente relacionadas, contudo, elas são bem distintas. Mas a quarta e a quinta petições devem estar especialmente ligadas em nossas mentes por diversos motivos práticos. Primeiro, somos ensinados de que, sem o perdão, todas as boas coisas desta vida não nos beneficiarão em nada. Um homem em uma cela no corredor da morte é alimentado e vestido, mas de que vale para ele a mais saborosa dieta e o mais caro vestuário enquanto permanece sob a sentença de morte iminente? “O pão nosso de cada dia apenas nos engorda como cordeiros para a matança se os nossos pecados não forem perdoados” (Matthew Henry). Segundo, nosso Senhor queria nos informar de que os nossos pecados são tantos e tão graves que não merecemos nem um pedacinho de comida. A cada dia o cristão é culpado de ofensas que confiscam até as bênçãos comuns da vida, de modo que ele sempre deve dizer com Jacó: “Menor sou eu que todas as beneficências, e que toda a fidelidade que fizeste ao Teu servo” (Gn 32:10). Terceiro, Cristo queria nos lembrar de que nossos pecados são o grande obstáculo aos favores que poderíamos receber de Deus (Is 59:2; Jr 5:25). Nossos pecados comprimem o canal da bênção, e, por isso, todas as vezes que oramos: “Dá-nos”, devemos acrescentar: “E perdoa-nos”. Quarto, Cristo queria nos encorajar a prosseguir na fé de força em força. Se confiamos na providência de Deus em prover nossos corpos, não deveríamos confiar nEle para a salvação de nossas almas do poder e domínio do pecado, e do terrível salário do pecado?

“Perdoa-nos as nossas dívidas”. Nossos pecados são vistos aqui, assim como em Lucas 11:4, sob a noção de dívidas, ou seja, obrigações não cumpridas ou fracassos em prestar a Deus o que Lhe é legitimamente devido. Devemos a Deus sincera e perfeita adoração juntamente com zelosa e perpétua obediência. O apóstolo Paulo diz: “De maneira que, irmãos, somos devedores, não à carne para viver segundo a carne” (Rm 8:12), declarando assim o lado negativo. Mas, positivamente, somos devedores a Deus, para viver para Ele. Pela lei da criação, fomos feitos não para gratificar a carne, mas para glorificar a Deus. “Quando fizerdes tudo o que vos for mandado, dissei: Somos servos inúteis, porque fizemos somente o que devíamos fazer” (Lc 17:10). O fracasso em quitar a nossa dívida de adoração e obediência implicou em culpa, trazendo-nos em dívida para com a justiça divina. Agora, quando oramos: “Perdoa-nos as nossas dívidas”, não pedimos para sermos desincumbidos dos deveres que devemos a Deus, mas para sermos absolvidos da nossa culpa, ou seja, ter o castigo devido a nós suspenso.

“Um certo credor tinha dois devedores” (Lc 7:41). Aqui, em nosso texto, Deus é apresentado sob a figura de um credor, parcialmente em vista de Ele ser o nosso Cri-

ador, e parcialmente como sendo o nosso Legislador e Juiz. Deus não apenas nos concedeu talentos, obrigando-nos a servir e glorificar ao nosso Benfeitor, mas também nos colocou sob a Sua Lei, de modo que somos condenados por nossas omissões. E, como Juiz, Ele ainda chamará cada um de nós para prestarmos plena satisfação de nossas respectivas mordomias (Rm 14:12). Haverá um grande Dia de Prestação de Contas (Lc 19:15), e aqueles que não se arrependem e lamentaram suas dívidas e se refugiaram em Cristo serão castigados eternamente por suas faltas. Ah, pena que tão poucos se conduzem na percepção consciente deste solene Juízo!

Esta metáfora do credor e dos devedores não apenas se aplica à nossa ruína, mas, graças a Deus, aplica-se igualmente ao remédio para a nossa restauração. Como devedores falidos, estamos completamente arruinados e devemos fazer para sempre sob o justo juízo de Deus, a menos que plena compensação seja feita a Ele. Mas somos impotentes para Lhe pagar essa compensação, pois, moral e espiritualmente falando, somos pessoas falidas [com as dívidas] não liquidadas. O livramento, então, deve vir de fora de nós mesmos. É aqui que o Evangelho declara alívio à alma carregada de pecado: um outro, a saber, o Senhor Jesus, tomou sobre Si o ofício de Fiador, e prestou plena satisfação à justiça divina em favor do Seu povo, fazendo completa compensação a Deus por eles. Por isso, nesta conexão, Cristo é chamado de “Fiador de melhor testamento” (Hb 7:22), como Ele afirmou profeticamente através de Seu pai Davi: “Então restitui o que não furtei” (Sl 69:4). Deus declara, concernente aos Seus eleitos: “Livra-o, para que não desça à cova; já achei resgate” (Jó 33:24).

“E perdoa-nos as nossas dívidas”. É estranho dizer, mas alguns experimentam certa dificuldade aqui. Visto que Deus já perdoou o cristão de “todas as transgressões” (Cl 2:13), não seria desnecessário, perguntam, que ele continue a pedir perdão a Deus? Esta dificuldade é auto-criada por uma falha em distinguir entre a compra de nosso perdão por Cristo e a sua aplicação real a nós. É verdade que plena expiação por todos os nossos pecados foi feita por Ele, e, na cruz, sua culpa foi cancelada. É verdade que todos os nossos antigos pecados são purificados em nossa conversão (2 Pe 1:9). Não obstante, há um sentido muito real em que nossos pecados presentes e futuros não são redimidos enquanto não nos arrependemos e os confessamos a Deus. Por isso, tanto é necessário como apropriado que busquemos perdão por eles (1 Jo 1:6-10). Mesmo depois que Natã administrou confiança a Davi, dizendo: “Também o Senhor perdoou o teu pecado” (2 Sm 12:13), Davi pediu perdão a Deus (Sl 51:1).

O que pedimos nesta petição? Primeiro, pedimos que Deus não coloque em nosso encargo os pecados que cometemos diariamente (Sl 143:2). Segundo, rogamos que Deus aceite a satisfação de Cristo pelos nossos pecados e olhe para nós como justos nEle. Alguns podem objetar: “Mas, se somos verdadeiros cristãos, Ele já fez isso”. É verdade, contudo, Ele exige que demandemos o nosso perdão, assim como Ele disse a Cristo: “Pede-Me, e Eu Te darei os gentios por herança, e os fins da terra por Tua possessão” (Sl 2:8). Deus está pronto a perdoar, mas Ele exige que O invoquemos. Por quê? Para que a Sua misericórdia salvadora seja reconhecida, e para que a nossa fé seja exercitada! Terceiro, suplicamos a Deus pela continuidade do perdão. Embora estejamos justificados, devemos continuar a pedir; assim como com

o pão nosso de cada dia, ainda que tenhamos um bom depósito à mão, pedimos pela continuidade do mesmo. Quarto, pleiteamos o senso de perdão ou certeza do mesmo, para que os pecados sejam apagados de nossa consciência e do livro da memória de Deus. Os efeitos do perdão são paz interior e acesso a Deus (Rm 5:1, 2).

O perdão não deve ser exigido como algo devido a nós, mas solicitado como uma misericórdia. “Até o fim da vida, o melhor cristão deve vir buscar perdão assim como ele fez a princípio, não como o reclamante de um direito, mas como o suplicante de um favor” (John Brown). E isto também não é de modo algum inconsistente com, ou um reflexo sobre, a nossa completa justificação (At 13:39). É certo que o fiel “não entrará em condenação” (Jo 5:24); contudo, ao invés de esta verdade levá-lo à conclusão de que não precisa orar pela remissão dos seus pecados, ela lhe fornece o mais forte encorajamento possível para apresentar tal petição. De modo semelhante, a certeza divina de que um cristão genuíno perseverará até ao fim, ao invés de lançar um fundamento para a negligência, é uma motivação extremamente poderosa para a vigilância e fidelidade. Esta petição implica um senso do pecado, um reconhecimento penitente do mesmo, uma busca pela misericórdia de Deus por causa de Cristo, e a percepção de que Ele pode justamente nos perdoar. A apresentação dela deveria sempre ser precedida pelo auto-exame e humilhação.

Nosso Senhor nos ensina a confirmar esta petição com um argumento: “assim como nós perdoamos aos nossos devedores”. Primeiro, Cristo nos ensina a argumentar a partir de uma disposição semelhante em nós mesmos: qualquer que seja o bem que haja em nós, deve primeiro estar em Deus, pois Ele é a suma de toda a excelência; se, então, uma disposição amável foi plantada em nossos corações pelo Seu Espírito Santo, a mesma deve ser encontrada nEle. Segundo, devemos arrazoar com Deus do menor para o maior: se nós, que temos apenas uma gota de misericórdia, podemos perdoar as ofensas feitas a nós, certamente Deus, que é um verdadeiro Oceano de misericórdia, nos perdoará. Terceiro, devemos argumentar a partir da condição daqueles que podem esperar perdão: somos pecadores que, por um senso da misericórdia de Deus para conosco, estamos dispostos a mostrar misericórdia a outros; por isso, estamos moralmente qualificados para mais misericórdia, visto que não temos abusado da misericórdia que já temos recebido. Aqueles que querem corretamente orar a Deus em busca de perdão devem perdoar aqueles que lhes fazem o mal. José (Gn 50:14-21) e Estevão (At 7:60) são exemplos conspícuos. Precisamos orar muito para que Deus remova toda a amargura e malícia dos nossos corações contra aqueles que nos fazem o mal. Mas perdoar aos nossos devedores não exclui nossa repreensão a eles, e, onde interesses públicos estejam envolvidos, fazer processá-los. Seria o meu dever entregar um ladrão a um policial, ou partir para a lei contra alguém que seria capaz, mas se recusa a pagar-me (Rm 13:1-8). Se um concidadão é culpado de um crime e eu não o reporto, então eu me torno um receptor desse crime. Assim revelo uma falta de amor por ele e pela sociedade (Lv 19:17, 18).

SEXTA PETIÇÃO

“E não nos conduzas à tentação” (Mt 6:13)

Esta sexta petição também começa com a palavra “e”, exigindo que notemos atentamente sua relação com a petição anterior. A conexão entre elas pode ser definida assim. Primeiro, a petição anterior diz respeito ao lado negativo da nossa justificação, enquanto esta tem a ver com a nossa santificação prática – pois as duas bênçãos nunca devem ser separadas. Assim vemos que o equilíbrio da verdade é mais uma vez perfeitamente preservado. Segundo, os pecados passados sendo perdoados, deveríamos orar fervorosamente em busca de graça para nos impedir de repeti-los. Não podemos desejar corretamente que Deus perdoe os nossos pecados a menos que aneemos sinceramente por graça para nos abstermos deles no futuro. Deveríamos, portanto, fazer da nossa prática rogar fervorosamente por força para evitarmos uma repetição deles. Terceiro, na quinta petição, oramos pela remissão da culpa do pecado; aqui pedimos livramento do seu poder. A concessão de Deus da primeira petição é para encorajar a fé em nós para pedirmos que Ele mortifique a carne e vivifique o espírito.

Antes de avançarmos mais, pode ser melhor preparar o caminho dispondo de algo que é uma verdadeira dificuldade para muitos. “Ninguém, sendo tentado, diga: De Deus sou tentado; porque Deus não pode ser tentado pelo mal, e a ninguém tenta” (Tg 1:13). Não há mais conflito entre as palavras “e não nos conduza à tentação” e a expressão “e a ninguém tenta” do que há a menor oposição entre o ensino de que “Deus não pode ser tentado pelo mal” e o fato registrado de que Israel “voltou atrás, e tentou a Deus” (Sl 78:41). Que Deus não tenta a nenhum homem significa que Ele não infunde o mal em alguém, nem é de modo algum participante conosco da nossa culpa. A criminalidade dos nossos pecados deve ser inteiramente atribuída a nós mesmos, como Tiago 1:14, 15 deixa claro. Mas os homens negam que é de suas próprias naturezas corruptas que tais e quais males procedem, culpando as suas tentações. E, se são incapazes de estabelecer o mal nessas tentações, então eles buscam se desculpar lançando a culpa em Deus, como fez Adão: “A mulher que me deste por companheira, ela me deu da árvore, e comi” (Gn 3:12).

É importante entender que a palavra tentar possui um duplo significado na Escritura, embora nem sempre seja fácil determinar qual dos dois se aplica em uma passagem particular: (1) testar (a força de), por à prova; e (2) incitar a fazer o mal. Quando se diz que “Deus tentou a Abraão” (Gn 22:1), significa que Ele o provou, colocando à prova a sua fé e fidelidade. Mas, quando lemos que Satanás tentou a Cristo, significa que Satanás procurou produzir a Sua queda, embora fosse moralmente impossível. Tentar é fazer prova de uma pessoa, a fim de descobrir o que ela é e o que fará. Podemos tentar a Deus em um sentido legítimo e bom, pondo-O à prova em um sentido de dever, como quando aguardamos o cumprimento da Sua promessa em Malaquias 3:10. Mas, como está registrado para a nossa admoestação no Salmo 78:41, Israel tentou a Deus em um sentido de pecado, agindo de tal modo que provocasse o Seu descontentamento.

“E não nos conduzas à tentação”. Note as verdades que são claramente implicadas por estas palavras. Primeiro, a providência universal de Deus é reconhecida. Todas as criaturas estão à disposição soberana do seu Criador; Ele tem o mesmo controle absoluto sobre o mal que sobre o bem. Nesta petição, é feito um reconhecimento de que a ordenação de todas as tentações está nas mãos do nosso Deus todo-sábio, onipotente. Segundo, a justiça ofendida de Deus e o mal que merecemos são confessados. Nossa impiedade é tal que Deus seria perfeitamente justo se Ele permitisse agora que fôssemos completamente tragados pelo pecado e destruídos por Satanás. Terceiro, Sua misericórdia é reconhecida. Embora O tenhamos provocado tão gravemente, por amor a Cristo Ele remiu as nossas dívidas. Por isso, rogamos para que, a partir de agora, Ele nos preserve. Quarto, nossa fraqueza é admitida. Porque percebemos que somos incapazes de resistir às tentações em nossa própria força, oramos: “E não nos conduzas à tentação”.

Como Deus nos conduz à tentação? Primeiro, Ele faz isto objetivamente, quando as Suas providências, ainda que boas em si mesmas, oferecem ocasiões (por causa da nossa depravação) ao pecado. Quando manifestamos justiça própria, Ele pode nos levar a circunstâncias algo semelhantes às que Jó experimentou. Quando estamos auto-confiantes, pode ser do Seu agrado permitir que sejamos tentados como Pedro o foi. Quando estamos auto-complacentes, Ele pode nos levar a uma situação semelhante à que Ezequias enfrentou (2 Cr 32:27-31; cf. 2 Rs 20:12-19). Deus leva muitos à pobreza, o que, embora seja uma prova dolorosa, sob a Sua benção, muitas vezes é enriquecedora para a alma. Deus leva alguns à prosperidade, o que é um grande laço para muitos. Contudo, se santificada por Ele, a prosperidade aumenta a capacidade de alguém para a utilidade. Segundo, Deus tenta permissivamente quando Ele não impede Satanás (o que Ele não está na obrigação de fazer). Às vezes Deus permite que ele nos cirande como o trigo, assim como um vento forte aranca os galhos mortos de árvores vivas. Terceiro, Deus tenta alguns homens judicialmente, castigando seus pecados ao permitir que o Diabo os leve a pecar mais, até a destruição final de suas almas.

Mas por que Deus tenta o Seu povo, quer objetivamente pelas Suas providências, ou subjetiva e permissivamente por Satanás? Ele faz isso por vários motivos. Primeiro, Ele nos prova a fim de revelar para nós a nossa fraqueza e profunda necessidade de Sua graça. Deus removeu o Seu braço sustentador de Ezequias para “saber tudo o que havia no seu coração” (2 Cr 32:31). Quando Deus nos abandona a nós mesmos, é uma descoberta extremamente dolorosa e humilhante que fazemos. Contudo, é necessária, se havemos de orar de coração: “Sustenta-me, e serei salvo” (Sl 119:117). Segundo, Ele nos testa a fim de nos ensinar a necessidade da vigilância e oração. A maioria de nós é tão estúpida e incrédula que aprendemos apenas na dura escola da experiência, e mesmo as suas lições têm de ser batidas dentro de nós. Pouco a pouco, descobrimos quão caro temos de pagar pela temeridade, descuido e presunção. Terceiro, nosso Pai nos sujeita a provas a fim de curar a nossa indolência. Deus clama: “Desperta, tu que dormes” (Ef 5:14), mas não Lhe damos atenção; e, por isso, muitas vezes Ele emprega servos rudes para despertar-nos rudemente. Quarto, Deus nos põe à prova a fim de revelar para nós a importância e o valor da armadura que Ele designou (Ef 6:11-18). Se formos descuidadamente à batalha sem a nossa panóplia espiritual, então, não devemos nos surpreender com

as feridas que recebermos; mas elas terão o efeito salutar de nos tornar mais cuidadosos no futuro!

De tudo o que foi dito acima, deveria ficar claro que não devemos orar simples e absolutamente contra todas as tentações. O Próprio Cristo foi tentado pelo Diabo, e foi definitivamente levado ao deserto pelo Espírito para esse mesmo fim (Mt 4:1; Mc 1:12). Nem todas as tentações são más, a despeito do aspecto em que as vemos: sua natureza, seu propósito, ou seu resultado. É do mal das tentações que oramos para sermos poupados (como a petição seguinte da oração indica), contudo, mesmo nisto oramos submissamente e com reservas. Devemos orar para que não sejamos levados à tentação; ou, se Deus considerar apropriado que sejamos tentados, para que não nos rendamos a ela; ou, se nos redermos, que não sejamos totalmente vencidos pelo pecado. E não podemos orar também por uma total isenção das provações, mas apenas por uma remoção do juízo delas. Deus muitas vezes permite que Satanás nos assalte e nos aflija, a fim de nos humilhar, de nos conduzir a Si, e glorificar-Se manifestando mais plenamente para nós o Seu poder preservador. “Meus irmãos, tende grande gozo quando cairdes em várias tentações; sabendo que a prova da vossa fé opera a paciência” (Tg 1:2, 3).

Em conclusão, algumas observações sobre a responsabilidade em conexão com a tentação são apropriadas. Primeiro, é o nosso dever imperial evitar aquelas pessoas e lugares que nos atrairiam para o pecado, assim como sempre é o nosso dever estar em alerta para os primeiros sinais da aproximação de Satanás (Sl 19:13; Pv 4:14; 1 Ts 5:22). Como um escritor desconhecido disse: “Aquele que leva consigo muito material inflamável faria bem em conservar a maior distância possível do fogo”. Segundo, devemos resistir firmemente ao Diabo. “Apanhai-me as raposas, as raposinhas, que fazem mal às vinhas” (Ct 2:15). Não devemos ceder uma polegada ao nosso inimigo. Terceiro, temos de ir a Deus em busca de graça submissamente, pois a medida que Ele nos concede está de acordo com o Seu beneplácito (Fp 2:13).

“Deves, de fato, te esforçares para orar, e usar todos os bons meios para escapar da tentação; mas submeta-te, se for do agrado do Senhor continuar o Seu exercício sobre ti. Não somente isto, mas, ainda que Deus continue a tentação, e no momento não distribua aquelas medidas de graça necessárias a ti, não deves murmurar, mas ficar aos Seus pés; pois Deus é Senhor da Sua própria graça” (Thomas Manton).

Assim aprendemos que esta petição deve ser apresentada em subserviência à vontade soberana de Deus.

SÉTIMA PETIÇÃO

“Mas livra-nos do mal” (Mt 6:13)

Esta sétima petição nos traz ao fim da parte peticionária da Oração de nosso Senhor. Os quatro pedidos para o suprimento das nossas próprias necessidades são por graça providente (“dá-nos”), graça perdoadora (“perdoa-nos”), graça preventiva (“não nos conduzas à tentação”) e graça preservadora (“livra-nos”). Deve-se atentamente notar que, em cada caso, o pronome está no plural, e não no singular – “nós” e “nosso”, não “eu” e “meu”. Pois devemos suplicar, não apenas por nós mesmos, mas por todos os membros da família da fé (Gl 6:10). Quão belissimamente isto demonstra o caráter familiar da oração verdadeiramente cristã. Pois nosso Senhor nos ensina a nos dirigirmos ao “Pai nosso”, e a abraçar a todos os Seus filhos em nossas petições. No peitoral do sumo sacerdote estavam inscritos os nomes de todas as tribos de Israel – um símbolo da intercessão de Cristo no alto. Do mesmo modo, também, o apóstolo Paulo prescreve “súplica por todos os santos” (Ef 6:18). O amor próprio fecha as entranhas da compaixão, confinando-nos aos nossos próprios interesses; mas o amor de Deus derramado em nossos corações nos torna solícitos em favor de nossos irmãos.

“Mas livra-nos do mal”. Não podemos concordar com aqueles que restringem a aplicação da palavra “mal” aqui apenas ao Diabo, embora, sem dúvida, principalmente ele seja visado. O grego pode, com igual propriedade, ser traduzido por “aquele que é mau” ou “aquilo que é mau” [em inglês, a palavra *evil* corresponde tanto a “mal” como “mau”]; na verdade, é traduzido de ambos os modos.

“Somos ensinados a orar por livramento de todos os tipos, graus e ocasiões do mal; da malícia, poder e sutileza dos poderes das trevas; deste mundo mau e todos os seus engodos, laços, índoles e enganos; do mal de nossos próprios corações, para que seja refreado, subjugado e finalmente extirpado; e do mal do sofrimento ...” (Thomas Scott).

Esta petição, então, expressa um desejo de sermos livrados de tudo o que seja realmente prejudicial a nós, e especialmente do pecado, o qual não tem bem algum em si mesmo.

É verdade que, em contradistinção a Deus, que é o Santo, Satanás é designado como “o maligno [ou o mau]” (Ef 6:16; 1 Jo 2:13, 14; 3:12; 5:18, 19). Contudo, também é verdade que o pecado é mau (Rm 12:9), o mundo é mau (Gl 1:4), e nossa própria natureza corrupta é má (Mt 12:35). Além disso, as vantagens que o Diabo obtém sobre nós são por meio da carne e do mundo, pois estes são os seus agentes. Assim, esta é uma oração por livramento de todos os nossos inimigos espirituais. É verdade que fomos livrados do “poder das trevas” e transportados para o Reino de Cristo (Cl 1:13), e que, em conseqüência, Satanás não possui mais nenhuma autoridade legal sobre nós. Não obstante, nosso adversário mantém um pavoroso e opressivo poder: embora não possa nos dominar, ele tem permissão para molestar e nos afligir. Ele incita inimigos a nos perseguirem (Ap 12, 13), inflama as nossas pai-

xões (1 Cr 21:1; 1 Co 7:5), e perturba a nossa paz (1 Pe 5:8). Portanto, é a nossa constante necessidade e dever orar por livramento dele.

O artifício favorito de Satanás é incitar ou nos desenganar em uma prolongada auto-indulgência em algum pecado pelo qual sejamos particularmente inclinados. Por isso, precisamos estar em constante oração para que as nossas corrupções naturais sejam mortificadas. Quando não pode fazer alguma paixão grosseira tyrannizar um filho de Deus, ele se esforça por fazê-lo cometer alguma obra má pela qual o nome de Deus seja desonrado e o Seu povo escandalizado, como fez no caso de Davi (2 Sm 11). Quando um fiel caiu em pecado, o Diabo procura torná-lo confortável nele, de modo a não ter nenhum remorso pelo mesmo. Quando Deus nos castiga pelas nossas faltas, Satanás procura nos tornar chorões contra o castigo de nosso Pai, ou mesmo nos levar ao desespero. Quando falha nestes métodos de ataque, então ele incita os nossos amigos e parentes a se nos oporem, como no caso de Jó. Mas, seja qual for a sua linha de assalto, a oração por livramento deve ser o nosso recurso diário.

O Próprio Cristo deixou-nos um exemplo que deveria nos encorajar a apresentar esta petição, pois, em Sua intercessão em nosso favor, encontramos-O dizendo: “Não peço que os tires do mundo, mas que os livres do mal” (Jo 17:15). Observe como isto explica para nós a conexão entre a cláusula que estamos considerando agora e a que a precede. Cristo não orou para que fôssemos absolutamente dispensados da tentação, pois Ele sabia que o Seu povo deveria esperar assaltos tanto de dentro como de fora. Por isso, Ele não pediu que fossemos tirados deste mundo, mas que fossemos livrados do mal. Ser livrado do mal do pecado é uma misericórdia muito maior do que ser livrado da incômodo da tentação. Mas até onde, pode-se questionar, Deus tem se comprometido a nos livrar do mal? Primeiro, Ele nos livra do mal até onde seria prejudicial aos nossos mais elevados interesses. Foi pelo bem absoluto de Pedro, e pelo bem do povo de Deus, que foi permitido que ele caísse temporariamente (Lc 22:31-34). Segundo, Deus impede o mal de obter pleno domínio sobre nós, de modo que não apostatemos total e finalmente. Terceiro, Ele nos resgata do mal por um livramento definitivo, quando nos remove para o céu.

“Mas livra-nos do mal”. Esta é uma oração, primeiro, por iluminação divina, de modo que possamos detectar os artifícios de Satanás (2 Co 2:11). Aquele que pode tornar-se em um anjo de luz (2 Co 11:14) é sutil demais para a sabedoria humana lidar com ele. Somente na medida em que o Espírito ilumina graciosamente é que podemos discernir os seus laços. Segundo, esta é uma oração por força para resistir aos ataques de Satanás, pois ele é poderoso demais para resistirmos em nossa própria força. Somente na medida em que fomos energizados pelo Espírito é que seremos livrados de nos render deliberadamente à tentação e de ter prazer nos pecados que cometemos. Terceiro, é uma oração por graça para mortificarmos as nossas paixões, pois somente até o nível em que matamos as nossas próprias corrupções internas é que seremos capacitados a recusar as solicitações externas ao pecado. Não podemos justamente lançar a culpa em Satanás enquanto damos licença ao mal de nossos corações. A salvação do amor do pecado sempre precede ao livramento do seu domínio. Quarto, esta é uma oração por arrependimento quando de fato sucumbimos. O pecado possui uma tendência fatal de matar as nossas sensibi-

lidades e endurecer os nossos corações (Hb 3:13). Nada além da graça divina pode nos libertar da indiferença impassível e operar em nós uma tristeza segundo Deus pelas nossas transgressões. As próprias palavras “livra-nos” implicam que estamos tão profundamente mergulhados no pecado como um animal que está preso na lama e tem de ser forçosamente puxado para fora. Quinto, é uma oração pela remoção da culpa da consciência. Quando o verdadeiro arrependimento foi comunicado, a alma se prostra com vergonha diante de Deus; não há descanso até que o Espírito esparja novamente a consciência com o sangue purificador de Cristo. Sexto, é uma oração para que sejamos livrados do mal de tal modo que nossas almas sejam restauradas novamente à comunhão com Deus. Sétimo, é uma oração para que Ele anule nossas quedas para a Sua glória e para o nosso perpétuo bem. Ter um desejo sincero por todas estas coisas é um favor notório de Deus.

Aquilo pelo que oramos devemos nos esforçar por praticar. Apenas zombamos de Deus se pedimos que Ele nos livre do mal e então brincamos com o pecado ou corremos imprudentemente para o lugar da tentação. Oração e vigilância nunca devem ser separadas uma da outra. Devemos fazer do nosso cuidado especial mortificar as nossas paixões (Cl 3:5; 2 Tm 2:22), não ter cuidado da carne (Rm 13:14) evitar toda a aparência (ou forma) do mal (1 Ts 5:22), resistir ao Diabo firmemente na fé (1 Pe 5:8, 9), não amar o mundo, nem as coisas que nele há (1 Jo 2:15). Quanto mais o nosso caráter for formado e a nossa conduta regulada pela santa Palavra de Deus, mais seremos capacitados a vencer o mal com o bem. Esforcemo-nos diligentemente para conservar uma boa consciência (At 24:16). Procuremos viver cada dia como se soubéssemos que é o nosso último sobre a terra (Pv 27:1). Coloquemos a nossa afeição nas coisas de cima (Cl 3:2). Então, possamos nós orar sinceramente: “Mas livra-nos do mal”.

DOXOLOGIA

“Porque Teu é o Reino, e o poder, e a glória, para sempre. Amém” (Mt 6:13)

Este modelo para os adoradores divinos conclui com uma doxologia ou atribuição de louvor ao Destinatário, evidenciando a completude da oração. Cristo aqui ensinou Seus discípulos não apenas a pedir as coisas necessárias a eles, mas a atribuir a Deus aquilo que é propriamente Seu. Ação de graças e louvor são uma parte essencial da oração. Particularmente isto deveria ser lembrado em todo o culto público, pois a adoração a Deus é expressamente o que Lhe é devido. Certamente, se pedimos para Deus nos abençoar, o mínimo que podemos fazer é bendizê-IO. “Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, o qual nos abençoou com todas as bênçãos espirituais nos lugares celestiais em Cristo” (Ef 1:3). Pronunciar a bênção sobre Deus é apenas o eco e reflexo da Sua graça para conosco. O louvor devotado, como expressão de elevadas afeições espirituais, é a linguagem própria da alma em comunhão com Deus.

As perfeições desta oração como um todo e a maravilhosa plenitude de cada cláusula e palavra sua não são percebidas por um olhar rápido e descuidado, mas tornam-se visíveis apenas por uma reverente ponderação. Esta doxologia pode ser considerada pelo menos em três sentidos: (1) como uma expressão de santo e alegre louvor; (2) como um apelo e argumento para o cumprimento das petições; e (3) como uma confirmação e declaração de confiança de que a oração será ouvida. Nesta oração, nosso Senhor nos dá a quintessência da verdadeira oração. Nas orações ditadas pelo Espírito do Saltério do Antigo Testamento, oração e louvor estão continuamente unidos. No Novo Testamento, o apóstolo Paulo dá a seguinte instrução autoritativa: “Não estejais inquietos por coisa alguma; antes as vossas petições sejam em tudo conhecidas diante de Deus pela oração e súplica, com ação de graças” (Fp 4:6). Todas as orações de santos eminentes, registradas na Bíblia, estão misturadas com a adoração àquele que habita entre os louvores de Israel (Sl 22:3).

Nesta oração padrão, faz-se de Deus tanto o Alfa como o Ômega. Ela começa dirigindo-se a Ele como o Pai nosso no céu; ela termina louvando-O como o glorioso Rei do universo. Quanto mais Suas perfeições estiverem diante de nossos corações, mais espiritual será a nossa adoração e mais reverentes e fervorosas as nossas súplicas. Quanto mais a alma estiver envolvida na contemplação do Próprio Deus, mais espontâneo e sincero será o seu louvor. “Perseverai em oração, velando nela com ação de graças” (Cl 4:2). Não é o nosso fracasso neste ponto que tantas vezes é a causa de a bênção ser removida de nós? “Louvem-Te a Ti, ó Deus, os povos; louvem-Te os povos todos. Então a terra dará o seu fruto; e Deus, o nosso Deus, nos abençoará” (Sl 67:5, 6). Se não louvamos a Deus pelas Suas misericórdias, como podemos esperar que Ele nos abençoe com as Suas misericórdias?

“Porque Teu é o Reino”. Estas palavras apresentam a autoridade e o direito universal de Deus sobre todas as coisas, pelos quais Ele dispõe delas segundo o Seu agrado. Deus é o Supremo Soberano na criação, providência e graça. Ele reina sobre o céu e a terra, todas as criaturas e coisas estando sob o Seu pleno controle. As palavras “e o poder” aludem à suficiência infinita de Deus para executar o Seu direito

soberano e cumprir a Sua vontade no céu e na terra. Porque Ele é o Todopoderoso, Ele possui a capacidade de fazer tudo o que Lhe agrada. Ele não tosqueneja nem dorme (Sl 121:3, 4); nada é difícil demais para Ele (Mt 19:26); ninguém pode detê-LO (Dn 4:35). Todas as forças contrárias a Ele e à salvação da Igreja Ele pode e vai derrubar. A frase “e a glória” apresenta a Sua excelência inefável: visto que Ele possui soberania absoluta sobre tudo e coextensivo poder para dispor de tudo, Ele é, por isso, todo-glorioso. A glória de Deus é o grandioso alvo de todas as Suas obras e caminhos, e pela Sua glória Ele é sempre zeloso (Is 48:11, 12). A Ele pertence a glória exclusiva de ser o Responder da oração.

Notemos, a seguir, que a doxologia é introduzida pela conjunção “pois”, a qual tem aqui a força de “porque” ou “por conta do fato de que Teu é o Reino”, etc. Esta doxologia não é apenas um reconhecimento das perfeições de Deus, mas um argumento extremamente poderoso quanto a por que nossas petições deveriam ser ouvidas. Cristo está aqui nos ensinando a empregar o “pois” da argumentação. “Tu és capaz de conceder estas petições, pois Teu é o Reino”, etc. Embora a doxologia pertença, sem dúvida, à oração como um todo, e seja introduzida para reforçar todas as sete petições, parece-nos fazer uma referência especial e mais imediata à última: “mas livra-nos do mal, pois Teu é o Reino”, ... “Ó Pai, o número e o poder de nossos inimigos são realmente grandes, e eles se tornam ainda mais formidáveis por causa da traição dos nossos próprios corações perversos. Contudo, somos encorajados a implorar a Tua assistência contra eles, porque todas as tentativas feitas pelo pecado e por Satanás contra nós são na verdade assaltos contra a Tua soberania e domínio sobre nós, e a promoção da Tua glória por nós”.

“Pois Teu é o Reino, e o poder, e a glória”. Que encorajamento há aqui! Especialmente duas coisas inspiram confiança para com Deus na oração: a percepção de que Ele está disposto e de que Ele é capaz. Ambas são indicadas aqui. Que Deus nos manda, através de Cristo, Seu Filho, nos dirigirmos a Ele como o nosso Pai é uma indicação do Seu amor e uma certeza do Seu cuidado por nós. Mas Deus também é o Rei dos reis, possuindo poder infinito. Esta verdade nos assegura da Sua suficiência e certifica a Sua capacidade. Como o Pai, Ele supre os Seus filhos; como o Rei, Ele defenderá os Seus súditos. “Assim como um pai se compadece de seus filhos, assim o Senhor se compadece daqueles que O temem” (Sl 103:13). “Tu és o meu Rei, ó Deus; ordena salvação para Jacó” (Sl 44:4). É pela honra e glória do próprio Deus que Ele manifesta o Seu poder e Se mostra forte em favor dos Seus. “Ora, àquEle que é poderoso para fazer tudo mais abundantemente além daquilo que pedimos ou pensamos, segundo o poder que em nós opera, a Esse glória na igreja, por Jesus Cristo, em todas as gerações, para todo o sempre. Amém” (Ef 3:20, 21).

Que instrução há aqui! Primeiro, somos ensinados a reforçar nossas petições com argumentos deduzidos a partir das perfeições divinas. O reinado universal de Deus, Seu poder e Sua glória devem ser transformados em apelos decisivos para obtermos as coisas de que precisamos. Devemos praticar o que Jó solicitou fazer: “Exporia ante Ele a minha causa, e a minha boca encheria de argumentos” (Jó 23:4). Segundo, somos claramente direcionados a unir a petição ao louvor. Terceiro, somos ensinados a orar com a mais extrema reverência. Visto que Deus é um Rei tão

grandioso e poderoso, Ele deve ser temido (Is 8:13). Por onde segue-se que devemos nos prostrar diante dEle em completa submissão à Sua vontade soberana. Quarto, somos instruídos a fazer plena entrega e sujeição de nós mesmos a Ele; do contrário, apenas zombamos de Deus quando reconhecemos verbalmente o Seu domínio sobre nós (Is 29:13). Quinto, orando assim, somos educados a fazer da Sua glória o nosso maior interesse, esforçando-nos por caminhar de tal modo que nossas vidas manifestem o Seu louvor.

“Para sempre”. Quão notável é o contraste entre o Reino, poder e glória de nosso Pai e o domínio fugaz e a glória evanescente dos monarcas terrenos. O Ser glorioso a quem nos dirigimos em oração é “de eternidade em eternidade ... Deus” (Sl 90:2). Cristo Jesus, em quem Ele é revelado e através de quem a oração é oferecida, é “o mesmo ontem, e hoje, e eternamente” (Hb 13:8). Quando oramos corretamente, olhamos para além do tempo na eternidade e medimos as coisas presentes pela sua conexão com o futuro. Quão solenes e expressivas são estas palavras “para sempre”! Os reinos terrestres declinam e desaparecem. O poder da criatura é insignificante e apenas por um momento. A glória dos seres humanos e de todas as coisas mundanas passa como um sonho. Mas o Reino e o poder e a glória de Jeová não são suscetíveis nem a mudança, nem a diminuição, e não conhecerão fim. Nossa bendita esperança é de que, quando os primeiros céus e terra tiverem passado, o Reino e o poder e a glória de Deus serão conhecidos e adorados em sua maravilhosa realidade por toda a eternidade.

“Amém”. Esta palavra sugere as duas coisas exigidas na oração, a saber, um desejo fervoroso e o exercício da fé. Pois a palavra hebraica “Amém” (geralmente traduzida por “em verdade” ou “verdadeiramente” no Novo Testamento) significa “assim seja” ou “assim será”. Este duplo significado de súplica e expectativa é claramente sugerido no duplo uso do Amém no Salmo 72:10, “E bendito seja para sempre o Seu nome glorioso; e encha-se toda a terra da Sua glória. Amém e Amém” (Sl 72:19). Deus determinou que assim será, e toda a Igreja expressa o seu desejo: “Assim seja”. Este “Amém” pertence e se aplica a cada parte e cláusula da oração: “Santificado seja o Teu nome. Amém”, e assim por diante. Expressando o Amém, tanto em orações públicas como particulares, expressamos nossos anseios e afirmamos nossa confiança no poder e fidelidade de Deus. Em si mesmo é uma petição condensada e enfática: crendo na veracidade das promessas de Deus e descansando na estabilidade do Seu governo, tanto nutrimos como reconhecemos nossa confiante esperança em uma resposta graciosa.

FIM